

A AÇÃO AFIRMATIVA E AS COTAS UNIVERSITÁRIAS

Maythe de Bríbean San Martin Pulici – UERJ – maythepulici@hotmail.com
Carmen Lúcia Guimarães de Mattos – UERJ – carmenlgdemattos@globocom

INTRODUÇÃO

Para que o estudo sobre Ação Afirmativa em Educação seja realizado, é preciso inicialmente dissociar o conceito de AA do conceito de cotas, ou reserva de vagas no ensino universitário. AA é um conceito genérico que denota um fazer, seja do Estado, seja de um particular, objetivando corrigir desigualdades. Já o sistema de cotas foi um mecanismo criado para aplicar uma medida de AA. Isto é, cotas são um tipo de AA, não seu significado.

No contexto educacional, os defensores do sistema de cotas consideram as cotas universitárias como um meio de reparação a um dano sofrido, uma maneira de compensar grupos historicamente marginalizados, que se encontram distantes de alguma forma da possibilidade de disputar por uma vaga na universidade. Segundo Ronald Dworkin (1977), a própria realidade das lutas contra o preconceito e diminuição social e racial se encarregou de mostrar a eficiência desse sistema.

O presente trabalho analisa a Ação Afirmativa na Educação através de um estudo teórico-conceitual sobre teses e dissertações publicadas no período de 1987 e 2010 no Brasil, cujo tema de estudo se concentrasse em Ações Afirmativas em Educação. Para tanto, fez-se a interface entre as obras publicadas por diversas instituições acadêmicas.

Procurou-se conexões teóricas entre diferentes estudiosos do tema, tendo como preocupação principal estudar essas interconexões e explorar as principais teorias, métodos de estudo e resultados de pesquisas sobre AA em Educação, sem deixar de lado a busca pelos fundamentos teórico-epistemológicos evidenciados nos textos, de modo a identificar ideologias, problemas, questões e pressupostos conceituais.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica desenvolvida foi pautada no tipo de pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica a partir de teses e dissertações digitalizadas disponibilizadas pelo Portal da CAPES. O método de análise foi indutivo, utilizando como recursos para a análise de conteúdo a realização de mapas conceituais.

Foram encontradas, portanto, 98 teses e dissertações pertinentes ao tema. Destes, 18 foram analisadas através de mapas conceituais e, na sequência, explorados seus pormenores por meio de análise detalhada de cada texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tentou-se através deste estudo trazer à luz os pressupostos teóricos conceituais, epistemológicos e metodológicos utilizados pelos autores como: teorias, ideias que orientaram esses estudos, foco dos trabalhos, dentre outros.

Da leitura dos mapas conceituais foi possível inferir a ideia central de cada texto, o contexto em que foi produzido, seu foco e o posicionamento do autor sobre o tema. Com esta análise detalhada dos textos completos possibilitou-se visualizar um panorama dos estudos acadêmicos sobre AA em Educação, demonstrando prós e contras sobre elas.

Ainda emergiram, após a leitura dos 18 textos completos selecionados, as seguintes subcategorias: “negros”; “carentes”; “indígenas” e, por fim, “negros e carentes”, que foram minuciosamente exploradas nas análises dos textos, bem como por meio de mapas conceituais desenvolvidos especificamente para este estudo. Cabe frisar que, para fins desse estudo, foram considerados negros aqueles assim tratados, bem como aqueles chamados pretos, ou pretos e pardos, ou comunidade afro-brasileira ou comunidade afrodescendente.

Com base nesta subdivisão, pode-se afirmar que 50% dos textos analisados tratam as cotas universitárias focadas na população negra, sendo que a outra metade se divide entre carentes (44%) e Indígenas (11%).

Estes dados confirmam a hipótese de que a comunidade negra é grande responsável pela propagação das ações afirmativas no Brasil, já que a maioria das ações existentes é voltada para este público. Ainda, a comunidade acadêmica vem acompanhando essa demanda, já que a grande maioria da produção acadêmica existente é focada nesse determinado grupo.

As análises mostraram, ainda, que 75% (9 textos) dos autores se colocam a favor das cotas, enquanto 25% (3 textos) apresentam pareceres imparciais sobre o tema. É relevante ressaltar que dos 12 textos que somam as subcategorias “negros” e “negros e carentes”, nenhum se declarou contra a aplicação desta forma de ação afirmativa. O mesmo não acontece com restante das subcategorias, como por exemplo cotas exclusivamente para carentes. Neste grupo, nota-se a existência de autores a favor, autores contra e aqueles de opinião imparcial sobre o tema, o que demonstra uma tendência quase que natural a favor das cotas para negros como AA, principalmente nas universidades.

Essa análise se mostrou necessária para inferir que o estudo acadêmico sobre ação afirmativa em educação é bastante relevante e amplo. Foi possível notar, por exemplo, que a predominância da população negra (66,6%) como foco dos trabalhos analisados se justifica pela intensa ação midiática voltada para a esta população e para a questão das cotas, bem como pela recorrente necessidade de levantamento do debate sobre discriminação e reparação cultural, bastante reivindicado pelos negros.

Com relação ao posicionamento dos autores dos textos analisados neste estudo, foi possível observar, no âmbito acadêmico, a discussão tão intensa que envolve o tema das ações afirmativas em forma de cotas. Nota-se que a discussão não é apenas social, política ou midiática; a produção acadêmica vem contribuindo para o debate público, oferecendo diversos posicionamentos e argumentos sobre o tema, enriquecendo o conteúdo histórico e teórico, servindo inclusive de base para as discussões sociais.

CONCLUSÃO

É óbvio que existe discussão acalorada acerca da aplicação ou não das cotas e de suas justificativas. No entanto, esse dado deixa claro que a grande divergência de fato se dá com relação à aceitação ou não da população negra ou carente como beneficiária deste tipo de ação afirmativa. Para os defensores desta aplicação, as cotas raciais seriam formas de reparar o racismo, enquanto para os que são contra, serviriam para, principalmente, fomentar o racismo. Mas são os conceitos periféricos acerca do tema que mais geram dissenso nas cadeiras acadêmicas, já que, em sua grande maioria, a aceitação ou não de conceitos ou mesmo a identificação ou não com determinada questão social é que influi diretamente no debate sobre as cotas como uma forma de ação afirmativa. Isto pode ser observado inclusive na análise das dissertações dos acadêmicos que se posicionam contra as ações afirmativas, nas quais se identifica que, em muitos casos, a negativa não se dá para a ação afirmativa em si, mas para a aceitação do fato social que se pretende reparar por meio dela.

Aqueles que entendem as cotas como medidas positivas e necessárias avaliam que elas são medidas de inclusão social, métodos de diminuição da desigualdade social e ainda se prestam como políticas de reconhecimento das populações beneficiadas, bem como forma de reparação de dano causado historicamente. Mas observa-se também que até mesmo entre aqueles que defendem as cotas, novos modelos já são propostos.

Já com relação àqueles que se posicionam contra as cotas, o maior ponto de confronto se apoia na ideia de que não existe justificativa plausível para aparentemente ferir o princípio da igualdade, tratando pessoas com privilégios em detrimento de outras. Alguns chegam a definir este tipo de ação afirmativa como forma de afirmação do preconceito já existente.

No entanto, em sua grande maioria, a produção acadêmica se mostra a favor das cotas como medidas de justiça distributiva e discriminação positiva, tendo-as, portanto, como método de inclusão social plenamente aceitável e necessário.

BIBLIOGRAFIA

DWORKIN, R. *Uma questão de princípios*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.